

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-532-7
DOI 10.22533/at.ed.327200511

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 02 de “***A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIAIS

Silvana Lopes Mendonça Valentin

Solange Mendonça Lopes

Laura Jazmin Ledesma Martinez

DOI 10.22533/at.ed.3272005111

CAPÍTULO 2..... 18

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ESTADO DE ALAGOAS: DIFICULDADES E AVANÇOS

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3272005112

CAPÍTULO 3..... 30

LITERATURA EM LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REME DOURADOS-MS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Naura Rosa Pissini Battaglin Merey

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Claudia Marinho Carneiro Noda

Elis Regina dos Santos Viegas

DOI 10.22533/at.ed.3272005113

CAPÍTULO 4..... 40

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): A INTEGRAÇÃO E A INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM

Eliza Terezinha Rupolo Woos

Celso Antonio Conte

DOI 10.22533/at.ed.3272005114

CAPÍTULO 5..... 56

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Marcília Maria Alves Chaves

Luana Frigulha Guisso

DOI 10.22533/at.ed.3272005115

CAPÍTULO 6..... 71

A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS CONTEÚDOS ATITUDINAIS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Mirella Epifânio Mesquita

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

DOI 10.22533/at.ed.3272005116

CAPÍTULO 7..... 85

USO PEDAGÓGICO DO SOROBAN: DISPOSITIVO MEDIADOR DOS PROCESSOS DE LETRAMENTO MATEMÁTICO DOS SUJEITOS CEGOS E VIDENTES

Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva

Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso

Liz Leal Mota Capistrano

Lucimara Morgado Pereira Lima

Marta Martins Meireles

Nélia de Mattos Monteiro

Tháise Lisboa de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3272005117

CAPÍTULO 8..... 98

UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO

Janaína Schell dos Santos

Carla Sant'Ana Oliveira

Carla Luciane Blum Vestena

DOI 10.22533/at.ed.3272005118

CAPÍTULO 9..... 116

ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, TIPO I PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO PARANÁ

Rosemeri Ruppel Stadler

Mariangela Deliberalli

DOI 10.22533/at.ed.3272005119

CAPÍTULO 10..... 131

ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: A ESCOLA COMO IMPORTANTE ESPAÇO DE DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE A VELHICE

Nádia Marota Minó

Eleusy Natália Miguel

Anmaly Natália Miguel Monteiro Gilbert

DOI 10.22533/at.ed.32720051110

CAPÍTULO 11..... 139

A “INCLUSÃO” DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO

SUPERIOR

Ozair Dias da Costa
Irongina de Fátima Silva

DOI 10.22533/at.ed.32720051111

CAPÍTULO 12..... 153

EVOLUCIÓN DE LA OPINIÓN SOBRE LA CIENCIA EN EL COLEGIO DURANTE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA OBLIGATORIA EN FUNCIÓN DEL GÉNERO

Jesús David León Olarte
Beatriz Robredo Valgañón

DOI 10.22533/at.ed.32720051112

CAPÍTULO 13..... 165

BASES PARA ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS COM DEFASAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

Dirce Charara Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.32720051113

CAPÍTULO 14..... 175

INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: DESAFIOS E ANSEIOS

Lucia Marcinek Kadlubitski

DOI 10.22533/at.ed.32720051114

CAPÍTULO 15..... 188

O CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES SOBRE BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ivando Amancio da Silva Junior
Aline Mesquita Lemos
Antônia Cristina Jorge
Antônia Kelina da Silva Oliveira Azevedo
Dayana Alves da Costa
Eronildo de Andrade Braga
Leilson Lira de Lima
Lucimar Camelo Souza
Germana Maria Viana Cruz
Givanildo Carneiro Benício
Roberto Wagner Junior Freire de Freitas
Samuel Ramalho Torres Maia

DOI 10.22533/at.ed.32720051115

CAPÍTULO 16..... 200

INCLUSÃO ESCOLAR: RELATO DE UMA EXPERIENCIAÇÃO “DISCENTE ~ DOCENTE ~ APRENDENTE”

Anderson Rodrigues Ramos
Priscila Tamiasso-Martinhon
Angela Sanches Rocha
Célia Sousa

DOI 10.22533/at.ed.32720051116

CAPÍTULO 17.....211

O DESAFIO DA ESCOLA FRENTE ÀS DROGAS: CONTRIBUIÇÃO DO PADRE PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU

Jefferson Fellipe Jahnke

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

DOI 10.22533/at.ed.32720051117

CAPÍTULO 18..... 224

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A PSICOMOTRICIDADE: DESENVOLVENDO POTENCIALIDADES E POSSIBILIDADES NO CONVÍVIO COM AS DIFERENÇAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Rubens Venditti Júnior

Paulo César Cadima Júnior

Milton Vieira do Prado Júnior

Súsel Fernanda Lopes

DOI 10.22533/at.ed.32720051118

CAPÍTULO 19..... 255

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO DE QUÍMICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051119

CAPÍTULO 20..... 267

TRANSTORNO DEPRESSIVO E QUALIDADE DE VIDA EM ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Lysete de Assis Bastos

Gian Carlos Rodrigues do Nascimento

Adriana Reis Todaro

Jorge Andres Garcia Suarez

Freddy Seleme Mundaka

Sara Roberta Cardoso da Silva Carvalho

Daniglayse Santos Vieira

Elizabeth Francisco dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051120

CAPÍTULO 21	277
UTILIZAÇÃO DE MATERIAL LÚDICO NO ENSINO SOBRE A ANATOMIA DA GENITÁLIA FEMININA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Leonardo Alves da Silva Palacio	
Roselaine Terezinha Migotto Watanabe	
Rafaela Cabral Belini	
Camila Marins Mourão	
Renata Lopes da Silva	
Bruna Louveira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051121	
CAPÍTULO 22	280
INCLUSÃO LABORAL DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - CAMPUS ESTRUTURAL	
Priscila de Fátima Silva	
Paulo Coelho Dias	
Francisco de Assis Póvoas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051122	
CAPÍTULO 23	287
A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
Iana Crusoé Rebello Horta	
DOI 10.22533/at.ed.32720051123	
CAPÍTULO 24	300
A INCLUSÃO DO ALUNO NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DA LEGITIMAÇÃO DO DIA DA FAMÍLIA	
Carolina Ferreira Pereira	
Lara Ribeiro do Vale e Paula	
DOI 10.22533/at.ed.32720051124	
SOBRE O ORGANIZADOR	305
ÍNDICE REMISSIVO	306

A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Data de aceite: 03/11/2020

Data de submissão: 03/08/2020

Iana Crusóé Rebello Horta

Salvador/BA

<http://lattes.cnpq.br/0732438986047481>

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo principal analisar as práticas docentes e suas contribuições na aprendizagem significativa do aluno autista. Para isso, serão analisados dois aspectos: as práticas pedagógicas e a formação docente, considerando os direitos e garantias legais da pessoa com deficiência, consoante artigos 5º e 6º da Constituição Federal de 1988 e as Leis 9.394/96 e 13.146/15. A pesquisa objetiva, ainda, descrever como ocorre a inclusão dos estudantes na rede regular de ensino, observando a relação entre a profissão docente e os alunos autistas no processo da aprendizagem, trazendo algumas reflexões tais como: Quais as modalidades de contato entre professor e aluno? Quais os mecanismos que promovem a aprendizagem significativa do autista? O trabalho tem base qualitativa e está fundamentado nos estudos de Nóvoa (1992) e Brandão Neto (2017) para compreensão da profissão docente e de Piaget (1973/1965), Vigotsky (2001) e Laznik (2016) para estudos acerca da relação professor e autismo.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Profissão Docente. Autismo. Aprendizagem Significativa.

THE IMPORTANCE OF RAPPORT IN THE PROCESS OF SCHOOLING AUTISTIC CHILDREN

ABSTRACT: The main objective of this study is to analyse the teaching practices and their contributions to significant learning of the autistic student. For this, two aspects will be analyzed: the pedagogical practices and the professional training (of the docent), considering the rights and legal guarantees of people with disabilities, articles 5 and 6 of the Brazilian Federal Constitution of 1988 and laws 9.394 / 96 and 13.146 / 15. This study also includes a description of how students are included in the regular school system, observing a relationship between the teaching professional and the autistic students in the learning process, bringing some reflections, such as: What are the modalities of contact between teacher and student? What are the mechanisms that prompts the autistic meaningful learning? This work has a qualitative basis and is based on the studies of Nóvoa (1992) and Brandão Neto (2017) to understand the teaching profession and Piaget (1973/1965), Vigotsky (2001) and Laznik (2016) to study the relationship between teacher and autism.

KEYWORDS: Inclusion. Teaching Profession. Autism. Meaningful Learning.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um recorte feito do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado com o intuito de obter o título de especialista em Educação Especial do curso

de Especialização em Educação Especial ofertado pela Universidade Salvador – UNIFACS. O desejo por este trabalho surgiu em virtude das observações e relatórios feitos durante a minha experiência com a prática pedagógica.

Durante os últimos anos, conheci e acompanhei o trabalho de muitos professores: nas faculdades, nos estágios e no Programa de Iniciação à Docência (PIBID). Por estar em contato direto com a prática docente, pude perceber a necessidade de cursos ou demais atividades que possam qualificar e auxiliar os professores em sua prática, de modo a garantir a aprendizagem significativa¹ aos alunos, em especial os ditos de inclusão.

Contudo, apesar da importância da formação continuada para o docente, possibilitando sua qualificação, trago uma experiência vivida por mim com um aluno autista. Fui chamada pela mãe para dar aulas particulares no intuito de alfabetizar o garoto. Observei que o mesmo desenvolvia bem a escrita, mas não conseguia realizar leituras. Intrigada com o caso, realizei pesquisas, tendo lido diversos teóricos que escreveram sobre alfabetização e autismo.

Retornando às aulas com este aluno, lembrei-me que, para estabelecer comunicação com um autista, é necessário colocarmos nossos olhos à altura dos dele. Assim, pensei: e se eu colocar o livro à altura dos seus olhos? Feito isto, pude perceber que o aluno sabia ler, só não o fazia porque o livro estava disposto numa outra posição. Essa história me deixou mais intrigada, fazendo refletir acerca da profissão docente: parece que o que faltava era uma simples estratégia pedagógica, fazendo-me pensar que a docência não é um mero acúmulo de técnicas, cursos e teorias sem uma pesquisa-ação do docente.

Assim, a motivação para a escolha do tema é a observância prática da profissão docente e a sua relação com a inclusão escolar, fazendo aqui um recorte com alunos autistas. Eu, enquanto professora, observei que é necessário estabelecer uma comunicação, um vínculo com o aluno autista, já que é marca no autismo o não reconhecimento da subjetividade do outro. Somente quando vencida essa etapa é que o professor poderá buscar formas para que seu aluno tenha uma aprendizagem significativa.

O docente, em sua prática, tem o hábito de questionar “como fazer?”, mas não há manuais ou fórmulas suficientes para qualificar o professor a lidar com a diversidade existente nas salas de aula. É necessário que o docente perceba, então, que a pergunta ideal é “o que eu posso fazer?”, afinal, os cursos de especialização, formação continuada, entre outros, não são suficientes para saber como fazer. As técnicas e teorias nos ajudam a compreender melhor, mas a prática docente não depende somente disso para que os alunos aprendam; é preciso estar disposto,

1. Neste trabalho, o conceito de aprendizagem significativa tem como base a Teoria da Aprendizagem proposta por Ausubel, que será brevemente explanada mais adiante.

envolvido e implicado com nosso papel.

A relevância social deste trabalho se justifica, haja vista que houve um aumento significativo no diagnóstico de crianças autistas: conforme explanam Laznik, Touati e Bursztejn (2016), na década de 70 haviam de 2 a 4 casos a cada 10.000 sujeitos, enquanto que, atualmente, cerca de 40 anos depois, a prevalência é de 1 a cada 88 sujeitos assim diagnosticados. Além desses dados epidemiológicos alarmantes, é importante ressaltar que muitos desses sujeitos estão nas salas de aula.

O presente trabalho partiu da seguinte questão: de que forma o docente poderá atuar para que o aluno autista tenha uma aprendizagem significativa? Assim, apresenta como objetivo principal aprender como a prática docente poderá contribuir para que haja aprendizagem significativa do aluno autista. O estudo compromete-se, ainda, em analisar a relação entre a profissão docente e os alunos autistas, bem como aprender, a partir das modalidades de contato entre professor e aluno, os mecanismos que promovem a aprendizagem significativa do autista.

Para a elaboração deste trabalho, em razão da natureza do objeto de estudo, foi feita uma fundamentação teórica acerca da formação e práticas docentes, bem como formação continuada dos professores (qualificação profissional) e inclusão escolar, especificamente na aprendizagem significativa do aluno autista. Trata-se de um estudo qualitativo, no qual utilizei como instrumentos a observação participante durante o acompanhamento pedagógico que realizei com um aluno autista e que dialogou com o relato de uma professora convidada que apresentou, em uma de minhas aulas na Especialização em Educação e Especial, sua relação com um aluno, também autista.

2 | ENTENDENDO O AUTISMO

Inicialmente, é proeminente trazer à tona o significado do termo autismo, atentando-se à questão de que suas causas ainda não são conhecidas. Assim, para Camargo e Bosa (2009), o autismo é classificado como um

[...] transtorno global do desenvolvimento, que se caracteriza pelo desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação e pela presença de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. Os comprometimentos nessas áreas estão presentes antes dos três anos de idade, quando os pais, em geral, já percebem e preocupam-se com as limitações observadas, cada vez mais aparentes ao longo do desenvolvimento. (CAMARGO & BOSA, 2009, p. 67)

Portanto, o indivíduo assim diagnosticado tem suas habilidades de comunicação e interação social comprometidas. O apego exagerado à rotina é,

também, uma forte e importante característica desse sujeito. Importante ressaltar que este trabalho não tem por objetivo analisar os diagnósticos equivocados, inclusive,

[...] a realidade de casos que, desde a infância, apresentam características psicopatológicas do registro psicótico não deve ser desconhecidas. A identificação desses casos, inclusive entre os casos tendo recebido inicialmente o diagnóstico de 'Transtorno do Espectro do Autismo' é um determinante importante para os clínicos em razão das orientações terapêuticas diferentes do que eles necessitam. (LAZNIK, TOUATI & BURSZEJN, 2016, p. 22-23).

Assim, o diagnóstico servirá como apoio para que nós, educadores, possamos compreender melhor o funcionamento cognitivo dos alunos autistas, mas devemos estar atentos ao fato de que modelos diagnósticos rotulam e tratam os sintomas, mas não tentam entender as causas do que ocorre na vida do autista.

No autismo, apesar de cada indivíduo apresentar sinais e comportamentos próprios, ou seja, distintos de uma outra pessoa com o mesmo diagnóstico, existem três comprometimentos que são mais comuns, conforme definidos por Cunha (2015): "1- comprometimentos na comunicação; 2- dificuldades na interação social; 3- atividades restritas e repetitivas (uma forma rígida de pensar e estereotipias)".

Mas, que é o autismo? Uma deficiência, um distúrbio ou um transtorno? Inicialmente, cabe compreendermos o significado de deficiência. Consoante Diniz (2007), a deficiência não deve ser vista como um problema, mas sim como uma questão social, afinal, não há limitação para uma pessoa com deficiência. Na verdade, o entrave está no contexto social no qual o sujeito está inserido. Há, portanto, necessidade de políticas públicas capazes de suprir ou ao menos amenizar as dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência, qualquer que seja o campo (cognitivo, acessibilidade, etc.).

Para Diniz (2007), a deficiência é um

[...] conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, como o sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente (DINIZ, 2007, p. 5)

A autora complementa, ainda, que "o desafio está em afirmar a deficiência como um estilo de vida, mas também em reconhecer a legitimidade de ações distributivas e de reparação da desigualdade, bem como a necessidade de cuidados biomédicos" (DINIZ, 2007).

Cabe, ainda, diferenciar distúrbio de transtorno. Ao nascer, a criança ainda não possui todas as suas conexões neurais formadas – isso ocorrerá ao longo do

tempo, sendo a última parte do cérebro a se desenvolver a responsável pelo juízo moral, no córtex cerebral. O dicionário traz o distúrbio como sendo uma “perturbação orgânica ou social” (FERREIRA, 2010, p. 261), então, está associado a uma questão de ordem orgânica (algo não está funcionando no processo da informação).

Por sua vez, o transtorno é um “desarranjo, desordem” (FERREIRA, 2010, p. 752), ou seja, uma disfunção do funcionamento (o processo da informação funciona, mas não de maneira adequada). Ou seja, se a disfunção for orgânica, será um distúrbio; se não for (se for social), será transtorno.

Assim, o autismo é considerado um transtorno sendo, inclusive, denominado de Transtorno do Espectro Autista. Contudo, importante ressaltar que a legislação brasileira, ao falar em inclusão, usa o termo deficiência para tratar, de uma forma geral, de síndromes, os distúrbios, as deficiências sensoriais e os transtornos, o que inclui os autistas.

3 | AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR

É direito e garantia fundamental de todo cidadão brasileiro a igualdade, consoante artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Além disso, a CF/88 garante aos brasileiros o direito à educação no artigo 6º do seu texto².

Além da Constituição Federal, há a Lei 13.146/15 (Lei de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência), que é destinada a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015), ou seja, a inclusão deverá ser social, e não apenas escolar. Inclusive, em consonância com seu artigo 27³, não só o Estado como também a família e a sociedade possuem o dever de garantir a inclusão educacional em todos os níveis de aprendizado da pessoa com deficiência – e isso inclui os autistas.

Anteriormente a essas legislações, as crianças com necessidades especiais – inclusive os autistas, frequentavam escolas segregadas de ensino especializado, “pois se acreditava que elas não conseguiriam avançar no processo educacional”

2. Art. 6º da CF/1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

3. Art. 27 da Lei 13.146/15: “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

(CUNHA, 2015). É somente a partir da segunda metade do século XX, em prol do respeito à diversidade, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96

[...] enfatizou a valorização da educação inclusiva, afirmando que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, manifestando o propósito de incluir o aluno com necessidades educacionais especiais, sempre que possível, nas classes comuns do ensino regular. (CUNHA, 2015, p. 37)

Com isso, viu-se a necessidade de garantir especialização e qualificação dos profissionais da área de educação – exigência legal assegurada pelo artigo 59 da Lei 9.394/96⁴. São os saberes de Cunha:

O aluno da educação especial precisa dispor de uma série de condições educativas em um ambiente expressamente preparado com metodologia, literatura e materiais. Conseqüentemente, há na prática docente dificuldades para a elaboração de atividades diante das necessidades desses educandos. (CUNHA, 2015, p. 48)

É, portanto, tutela jurisdicional a especialização e qualificação docente para que tenham subsídios à sua prática. Entretanto, apesar de toda a teoria ser fundamental e contribuir para o sucesso do objetivo profissional do professor, que é garantir a aprendizagem significativa aos seus alunos, não é suficiente para que o docente saiba lidar com a inclusão escolar. É preciso ir além: A docência é uma arte e o professor deverá criar estratégias, laços e vínculos que possibilitem gerar a falta em seus alunos, pois “qualquer desejo surge de uma falta. Se o desejo nos move, é então a existência da falta que impulsiona a vida” (BRANDÃO NETO, 2017).

4 | FORMAÇÃO DOCENTE: TÉCNICA OU ARTE?

A formação docente se constitui, ao longo da história, como um processo de qualificação, de modo que contribui para que o professor seja reflexivo, autônomo e construtor da sua própria identidade profissional, afinal, “as situações que os professores são obrigados a enfrentar (e resolver) apresentam características

4. Art. 59 da Lei 9.394/96: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular”.

únicas, exigindo portanto respostas únicas: o profissional competente possui capacidades de autodesenvolvimento reflexivo” (NÓVOA, 1992).

Nesse sentido, o autor defende que

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1992, p. 13).

Nóvoa (1992) defende a ideia de que a formação docente vai além do conhecimento adquirido em cursos e técnicas: é uma profissão que exige do docente uma postura reflexiva e crítica acerca de suas práticas profissionais, devendo o Estado e as instituições de ensino investir não apenas no profissional, mas sim na pessoa, levando em consideração a identidade do profissional docente. Afinal, ao investir na subjetividade, contribui-se para a identidade da profissionalização docente no âmbito da coletividade, garantindo, pois, que o ensino seja, também, profissional.

A formação docente se constitui, pois, num “conjunto de questionamentos e adesões feitas pelo professor que é resultante de seus sucessos e fracassos, alegrias e tristezas, certezas e incertezas, de um eterno ir e vir, em cujo movimento vai construindo a si mesmo na profissão.” (DUEK, 2006).

Nesse sentido, na docência, o professor age pelo amor e compromisso quando ele declina do método que ele pensava existir e cria um método próprio no intuito de estabelecer uma relação com o aluno – são os vínculos, os laços. Assim, o professor de um aluno autista se prepara para garantir a aprendizagem desse aluno. Contudo, se não houver o desejo do aluno em aprender, o professor se frustra. Mas a docência, enquanto arte, busca estreitar os laços entre aluno e professor, estabelecendo uma comunicação e relação de confiança. Somente a partir daí é que o professor conseguirá despertar em seu aluno autista a vontade de aprender.

4.1 Aprendizagem significativa e autismo

Bock (1972), ao discorrer acerca da Teoria Cognitivista da Aprendizagem proposta por David Ausubel, traz a diferenciação entre as aprendizagens mecânica e significativa sob da ótica da abordagem cognitivista. A primeira refere-se à associação de novos conhecimentos com pouca ou nenhuma associação com conhecimentos prévios. Por sua vez, a aprendizagem significativa é aquela em que há o processamento dos novos conteúdos correlacionando-os com os conhecimentos que o sujeito já possuía oriundo de experiências e estudos anteriores (Teoria Cognitivista da Aprendizagem proposta por Ausubel).

Assim, defendo aqui a ideia conceitual de aprendizagem significativa, pois entendo que todos somos sujeitos aprendizes, sendo relevantes nossos conhecimentos adquiridos previamente. Somos todos sujeitos inteligentes e falar em inteligência é trazer um aparato cognitivo que se tem uma predisposição para aprender. Inteligência é, pois, a capacidade de resolver problemas, e não de armazenar informações. Ao se falar em educação especial, não podemos subestimar criança alguma, pois todas são inteligentes e capazes de resolver uma situação que seja de seu interesse.

Ademais, por mais que o indivíduo nasça com competências orgânicas necessárias para aprender, é necessário o convívio social para que ele aprenda as coisas – por exemplo: o sujeito nasce sendo capaz de andar, mas precisa que alguém o ensine a dar os primeiros passos. Não podemos, portanto, desvincular desenvolvimento de aprendizagem, pois, quanto mais se aprende, mais se desenvolve - e vice-versa.

Segundo Piaget (1973/1965), todo nosso desenvolvimento sai do concreto para o abstrato, ou seja, quanto maior a capacidade de abstração, maior o desenvolvimento mental da inteligência do sujeito. A Psicanálise entende que a criança psicótica e a criança autista terão dificuldades ao simbolizar – crianças típicas simbolizam tranquilamente. Na psicose é puro real, ou seja, a capacidade de abstração é empobrecida.

Contudo, Vigotsky (2001) será o grande nome para pensarmos a existência de uma educação inclusiva, pois ele traz que não deveremos avaliar as dificuldades dos alunos, mas sim as diferenças. Quando conseguimos avaliar as diferenças em sala de aula, meu aluno que tem um conhecimento aguçado, no conjunto com outra criança que não tem, ambos se autodesenvolvem.

Vigotsky (2001) traz, ainda, o conceito de zona de desenvolvimento proximal: o desenvolvimento real é o que o aluno já sabe, já desenvolveu aquela habilidade. Já o proximal é o que o aluno pode saber com o auxílio, a mediação de outra pessoa. O proximal de hoje é o real de amanhã. A aprendizagem mediada é, portanto, a aquisição de conhecimento realizada por meio de um elo intermediário entre o ser humano e o ambiente, que muitas vezes é o professor.

Importante ressaltar que pensamento e linguagem devem estar lincados. A criança autista que não é verbal tem sérios problemas no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. A relação entre pensamento e linguagem deverá estar instituída. “Neste processo de captar o sentido do mundo e compartilhar o sentido próprio com o outro, a linguagem ganha destaque como algo já constituído e também como um processo em construção que provoca a existência do laço social” (BASTOS, 2012). Contudo, no autismo regredido não há a percepção do outro (não há laço social). Como, então, pensar no ato educativo onde o outro não existe? É

preciso, portanto, encontrar formas de comunicação, de criar laços, vínculos com o aluno autista.

4.2 Escola, professor e aluno: Seus papéis na aprendizagem

Seja qual for o modelo da sua prática, o professor vem assumindo papéis diferenciados em sala de aula, acompanhando um visível redimensionamento de suas atribuições, seja em função dos atuais modelos de formação, alicerçados por muitas especializações, seja pelos diferentes desafios que, no cotidiano da escola, são postos ao professor. Por uma razão ou outra – tanto a formação quanto as demandas atuais – do professor é exigida uma postura sempre mais flexível frente à diversidade, pois ela se configura como uma realidade em qualquer sala de aula.

A qualificação profissional/formação continuada ajudará o docente a compreender melhor através do estudo da teoria, mas é na troca de experiências e das práticas diárias que o docente saberá de fato como agir para garantir a aprendizagem significativa do aluno autista, devendo todos (professor e aluno) estarem abertos, dispostos e envolvidos neste processo.

Importante ressaltar que

No que diz respeito à formação continuada, tem sido apontada como uma das possíveis saídas para as dificuldades enfrentadas pelos professores em sua formação inicial, sob a alegação de que, nesta modalidade de formação, a atualização das informações seria um processo constante, permitindo ao professor refletir sobre sua atuação profissional e construir um referencial teórico-prático com base na sua experiência profissional e do seu grupo de trabalho, podendo então produzir novos conhecimentos, a partir da troca de diferentes saberes. Sem desconsiderar a importância da formação continuada, e reconhecendo os benefícios que uma atualização constante pode proporcionar, é preciso questionar até que ponto a maneira como essa formação vem sendo praticada realmente tem implicado numa maior apropriação dos princípios inclusivos por parte do professor. (MATTOS, 2014, p. 104).

Assim, o professor mediador precisa saber lidar com as questões individuais das minorias. Importante ressaltar que o meio no qual a criança vive contribui para que ela desenvolva com rapidez ou lentidão o processo de aprendizagem. Afinal, um ambiente onde a criança é influenciada a ter o hábito de leitura, por exemplo, será mais propício que ela tenha facilidade para aprender a ler e escrever. Nesse sentido, Cagliari (1998) traz que “a escola não precisa se preocupar muito com a aprendizagem: isto as crianças farão por si. Precisa preocupar-se com dar chances às crianças para vivenciarem o que precisam aprender; sentirem que o que fazem é significativo e vale a pena ser feito” (CAGLIARI, 1998).

Na visão sócio interacionista, a linguagem é considerada atividade constitutiva

do conhecimento do mundo pela criança. É o espaço em que ela se constrói como sujeito e o conhecimento do mundo e do outro incorporado e segmentado. A dialogia é, portanto, determinante estruturante do processo de construção linguística e comunicativa, ou seja, se não for pela dialogia, pela sócio interação, não existe linguagem, já que a linguagem pressupõe comunicar – o outro sempre existe. Então, como estabelecer um processo de construção linguística e comunicativa com os alunos autistas, já que, para eles, não há a existência do outro?

O professor participa ativamente do processo de construção do conhecimento da leitura e escrita da criança. Para que o aluno seja alfabetizado, é preciso que ele compreenda, portanto, a função social da leitura e da escrita. E os autistas? Como deve ocorrer a relação professor *versus* aluno autista? O que fazer para que ele compreenda a função social da leitura e escrita? O que fazer para que o autista tenha vontade de aprender? Antes de pensarmos nas respostas para tais questionamentos, é necessário criarmos estratégias para estabelecer o vínculo, criar laços com o aluno autista.

5 | PERCURSOS METODOLÓGICOS

Este trabalho incorporou as âncoras da pesquisa qualitativa, na qual o importante não é a quantidade, mas sim a qualidade, uma vez que não se pretende obter como resultado índices numéricos, mas sim focar o olhar no caráter subjetivo do que vai ser analisado, podendo ser mais livres para apontar posicionamentos a respeito dos assuntos levantados. São os dizeres de Gatti (2001):

[...] a pesquisa não pode estar a serviço de solucionar pequenos impasses do cotidiano, porque ela, por sua natureza e processo de construção, parece não se prestar a isso, vez que o tempo da investigação científica, em geral, não se coaduna com as necessidades de decisões mais rápidas. (GATTI, 2001, p. 71).

Além disso, André (2001) explana que os estudos qualitativos

[...] englobam um conjunto heterogêneo de perspectivas, de métodos, de técnicas e de análises compreendendo desde estudos do tipo etnográfico, pesquisa participante, estudos de caso, pesquisa-ação, até análise de discurso e de narrativa, estudos de memória, histórias e vida e história oral. (ANDRÉ, 2001, p. 54)

Este trabalho teve como foco os estudos de Nóvoa (1992) e Brandão Neto (2017) para compreensão da profissão docente e de Piaget (1973/1965), Vigotsky (2001) e Laznik (2016) para estudos acerca da relação professor e autismo. Além disso, houve consulta a diversas leis presentes no ordenamento jurídico brasileiro, tais como: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº13.146/15) e a Lei de Diretrizes e Bases da

6 | IN (CONCLUSÕES)

É perceptível a necessidade de cursos ou demais atividades que possam qualificar e auxiliar os professores em sua prática docente, de modo a garantir que haja aprendizagem significativa dos alunos autistas. Penso que a docência é uma arte e, portanto, as técnicas ou manuais não são suficientes para garantir excelência na prática docente e, conseqüentemente, alcançar a aprendizagem significativa do aluno autista.

Faço acompanhamento pedagógico particular, tendo um trabalho especializado para alunos com necessidades educacionais especiais. Ocorreu que, no ano de 2017, tive um aluno autista que sabia escrever, mas não conseguia ler. Intrigada com o caso, pesquisei diversas técnicas para que ele desenvolvesse a leitura, todas sem êxito. Certo dia, lembrei-me que, para estabelecer uma comunicação com um autista, é necessário colocar-se à altura dos seus olhos. Assim, na aula seguinte, resolvi posicionar o livro à altura dos olhos do meu aluno e, com isso, ele conseguiu ler as palavras escritas. Não era, pois, uma questão de usar técnicas para alfabetizá-lo, mas sim perceber que o que faltava era um simples gesto – justifica a docência ser uma arte, e não um acúmulo de técnicas.

Outro fator fundamental e motivador para este trabalho foi quando, em uma das minhas, a palestrante convidada compartilhou com a turma uma das suas experiências. Professora do ensino regular, tinha um aluno autista que não estabelecia comunicação com os colegas nem com os professores. Assim, aconteceu de o menino perceber um fio de lã saindo da blusa dela. A partir disso, o garoto puxou o fio e a professora apenas ficou observando. Nas aulas subsequentes, ela sempre levava a lã: inicialmente, trabalhou coordenação motora com os estudantes. Depois, sugeriu que cobrisse os números com a lã, fazendo com que seus alunos, inclusive o autista, pudessem conhecer a sequência numérica. Assim, ela utilizou como vínculo o fio de lã, estabelecendo uma comunicação com seu aluno e garantindo sua aprendizagem significativa.

Diante do exposto, percebo que é necessário, primeiramente, estabelecer uma comunicação com o aluno, já que é característica do autista a não percepção do outro, havendo comprometimento na comunicação. Somente quando vencida esta etapa é que o professor deverá buscar formas para que este aluno tenha uma aprendizagem significativa.

Importante ressaltar que o professor deverá questionar-se sobre “o que fazer?” para despertar em seu aluno autista a vontade de aprender.. A aprendizagem não surge apenas como vontade de aprender, mas como necessidade de sobrevivência,

de ocupar um lugar social.

Toda educação é especial! Todos os sujeitos são inteligentes e possuem suas limitações próprias. Cabe a nós, educadores, observar nas crianças que acompanhamos até que ponto eles já possuem as capacidades dessas habilidades, para saber até que ponto essa criança está se desenvolvendo bem ou não. Jamais deveremos subestimar qualquer que seja o sujeito, pois todos são inteligentes e capazes de alcançar seus objetivos.

No autista regredido não ocorre a percepção do outro, impedindo-lhe a criação de laços sociais, o que acaba por dificultar o processo de construção do conhecimento desse aluno, impossibilitando que haja uma aprendizagem significativa. O professor poderá buscar maneiras de comunicar-se com esse aluno, criando laços, estreitando vínculos.

Contudo, importante ressaltar que o professor não tem por obrigação saber criar os vínculos – não se pode depositar culpa pelo não aprendizado do aluno no docente. Por outro lado, aquele professor empenhado com a causa da inclusão escolar certamente assume a docência enquanto arte e buscará caminhos para responder ao questionamento de “o que devo fazer?” em troca do “como fazer?”.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.

BASTOS, Thereza. A Escolarização da Criança Surda: Estratégias e mediações no contexto da sala de aula. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (org.). **O Professor e a Educação Inclusiva** – formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 261-279.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1972.

BRANDÃO NETO, Bionor Rebouças. **O Inusitado (Des)Espera**: Amódio na Docência Contemporânea. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acesso em: 06 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 06 fev. 2019.

CAGLIARI, L. C. A respeito de alguns fatos do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita pelas crianças na alfabetização. In: ROJO, R. (Org.). **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 61-86.

CAMARGO, S. P. H., & BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, 21(1), p. 65-74, 2009.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 3 ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2015.

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUEK, V. P. **Docência e inclusão**: reflexões sobre a experiência de ser professor no contexto da escola inclusiva. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

GATTI, Bernardete. Implicações e Perspectivas da Pesquisa Educacional no Brasil Contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

LAZNIK, M. C., TOUATI, B e BURSZTEJN, C. **Distinção clínica e teórica entre autismo e psicose na infância**. São Paulo: Instituto Langage, 2016.

MATTOS, Nicoleta Mendes de. **Inclusão e Docência**: a percepção dos professores sobre o medo e preconceito no cotidiano escolar. Tese de doutorado, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil, 2014.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1992.

PIAGET, Jean. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1973. (ed. org. 1965)

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ábaco 85, 86, 92, 93, 94, 96, 97

Acessibilidade 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 16, 29, 32, 43, 44, 83, 102, 109, 113, 121, 122, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 227, 234, 235, 247, 256, 257, 261, 263, 266, 290

Adolescentes 3, 6, 16, 24, 63, 134, 135, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 213, 216, 217, 219, 220, 275, 283, 286

Alfabetização 36, 59, 60, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 288, 299, 305

Altas habilidades e superdotação 175, 176, 184, 185, 186

Aluno com deficiência 55, 115, 144, 178, 201, 206, 207, 257

Âmbito social 300

Aprendizagem profissional 280, 281, 282, 285

Aprendizagem significativa 62, 78, 84, 278, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 297, 298

Atendimento educacional especializado 10, 29, 41, 51, 52, 97, 109, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 143, 148, 152, 207, 260, 266

Autismo 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 15, 16, 17, 29, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 98, 100, 105, 106, 107, 113, 115, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 296, 299

Autismo infantil 40, 48, 54, 55

B

Baixa visão 86, 87, 90, 121, 140, 145, 147, 259, 260

Bullying 140, 147, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cegueira 86, 87, 90, 121, 145, 146, 259, 260, 261

Ciências da natureza 256

Comunicação 2, 11, 13, 14, 33, 35, 36, 45, 46, 48, 53, 91, 98, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 121, 238, 241, 243, 245, 246, 260, 261, 285, 288, 289, 290, 293, 295, 297

Conteúdos atitudinais 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80

Currículo 19, 30, 33, 35, 39, 44, 54, 68, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 102, 107, 119, 121, 132, 133, 140, 149, 161, 163, 201, 202, 216, 272

Currículo escolar 19, 54, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 133, 216

D

Declaração de Salamanca 19, 23, 27, 104, 120, 129, 151, 175, 177, 265

Dia da família 300

Diversidade 6, 8, 9, 10, 22, 26, 33, 34, 37, 46, 47, 49, 50, 54, 55, 60, 77, 81, 103, 104, 105, 110, 111, 120, 135, 136, 137, 175, 176, 177, 178, 181, 183, 186, 196, 208, 224, 225, 227, 230, 231, 233, 235, 241, 246, 248, 251, 288, 292, 295, 302

Drogas 195, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 165, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 194, 196, 197, 202, 203, 204, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 243, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 274, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 294, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305

Educação especial 10, 12, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 42, 43, 44, 49, 51, 52, 54, 55, 87, 89, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 141, 143, 144, 151, 177, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 204, 224, 226, 231, 232, 250, 253, 256, 264, 266, 287, 288, 292, 294

Educação inclusiva 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 49, 50, 54, 87, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 119, 120, 125, 127, 128, 129, 151, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 203, 209, 233, 234, 237, 247, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 292, 294, 298, 303

Educação infantil 3, 12, 25, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 99, 144, 150, 151, 237, 252

Educação superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17

Educación secundaria 153, 154, 155, 164

EJA 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Ensino-aprendizagem 31, 38, 53, 92, 98, 207, 273, 274, 303

Ensino superior 3, 4, 6, 15, 16, 17, 69, 99, 139, 140, 148, 149, 150, 151, 173, 204, 273, 305

Envelhecimento 46, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Escola 6, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 40, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 61, 63, 66, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 91, 94, 96, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 144, 147, 148, 149, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 227, 235, 248, 249, 252, 253, 257, 263, 264, 265, 266, 271, 281, 295, 299, 301, 302, 303

Evolução 153, 155, 157, 158

F

Formação de professores 9, 23, 28, 39, 46, 60, 85, 103, 112, 142, 186, 201, 207, 231, 232, 253, 266, 305

Formação humana 77, 79, 81, 82

Formação inicial de professores 165

G

Gênero 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

H

História 19, 29, 58, 70, 73, 78, 99, 100, 112, 116, 117, 120, 130, 139, 151, 171, 208, 211, 229, 231, 232, 251, 253, 266, 268, 272, 288, 292, 296, 301, 303

História da inclusão de deficientes 19

I

Inclusão 1, 5, 6, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 65, 68, 69, 79, 85, 88, 90, 91, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 126, 129, 130, 139, 141, 144, 151, 165, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 185, 186, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 235, 238, 241, 242, 243, 246, 247, 249, 251, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 271, 280, 281, 282, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303

Inclusão de deficientes 18, 19, 25, 26, 177, 255, 259

Inclusão escolar 18, 29, 40, 41, 49, 50, 52, 53, 54, 115, 121, 126, 129, 200, 203, 205, 209, 253, 257, 261, 288, 289, 291, 292, 298, 299

Integração 11, 24, 27, 40, 42, 43, 44, 47, 50, 52, 54, 55, 67, 113, 142, 144, 151, 178, 179, 202, 226, 227, 243, 264, 282, 283, 284, 292

Inteligência emocional 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 84

Intergeracionalidade 131

J

Jovem aprendiz 280, 281, 282, 285

L

Libras 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 88, 108, 109, 110, 235, 236, 253, 261

P

Paraná 1, 40, 98, 105, 113, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 142, 211

Permanência 4, 6, 8, 10, 11, 14, 50, 53, 56, 57, 58, 62, 65, 67, 68, 69, 99, 114, 169, 182, 202, 203

Políticas públicas 1, 3, 4, 5, 13, 14, 38, 53, 115, 118, 120, 130, 132, 138, 139, 148, 151, 175, 206, 247, 282, 283, 290

Prática pedagógica 38, 39, 50, 86, 166, 169, 172, 173, 179, 222, 288

Prevenção 46, 189, 194, 197, 198, 199, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 221, 222, 223, 238, 273

Profissão docente 16, 37, 39, 287, 288, 289, 296

Projeto extracurricular 30, 31, 33, 38

Proposta pedagógica 26, 31, 77, 82, 84, 165, 166, 169, 171, 172, 173

Q

Qualidade de vida 132, 196, 231, 241, 251, 252, 253, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 278

S

Soroban 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

T

Trabalho docente 37, 98, 108, 114, 134, 180

Transtorno do espectro autista 1, 2, 5, 6, 7, 9, 15, 16, 17, 45

Transtornos depressivos 267, 268, 270, 271, 272, 273, 276

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 